



[Atribuição BB CY 4.0](#)

Relato de Experiência Docente: a Primeira Disciplina de Educação em Relações Étnico-Raciais na Odontologia da UFRJ

Rita de Cassia Ladeira¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo compartilhar a institucionalização do letramento racial como ferramenta educativa antirracista. Trata-se de um relato de experiência que descreverá o contexto, a origem, a metodologia e o desenvolvimento da primeira disciplina de educação das relações étnico-raciais (ERER) na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Através de aulas expositivas dialógicas, vinculadas às bibliografias especializadas, estudos de caso de situações reais de práticas racistas na saúde bucal, além de leituras complementares e de recursos audiovisuais, o curso proporcionou, em um espaço de interação interdisciplinar e diverso, reflexões sobre a temática racial atrelada aos valores dos direitos humanos no campo da saúde. Como iniciativa pioneira, enfrentou o desafio da escassez de referenciais similares nessa área. No entanto, a avaliação da disciplina pelos alunos foi positiva, o que demonstra a relevância da ERER para a formação em Odontologia.

¹ Doutora em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (UFF), Mestra em Relações-Étnico-Raciais (CEFET-RJ), Graduada em Odontologia (UNIGRANRIO), TAE na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente colaboradora na Pós-Graduação em Saúde Coletiva na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ritaladeira@msn.com

Palavras-chave

Letramento racial; Direitos Humanos; Formação em Odontologia.

Recebido em: 29/03/2025

Aprovado em: 20/08/2025

Teaching Experience Report: The First Course on Ethnic-Racial Relations Education in Dentistry at UFRJ

Abstract

This article aims to share the institutionalization of racial literacy as an antiracist educational tool. It presents an experience report detailing the context, origin, methodology, and development of the first course on ethnic-racial relations education (ERRE) at the School of Dentistry of the Federal University of Rio de Janeiro. Through dialogic lectures, engagement with specialized bibliographies, case studies of real instances of racist practices in oral health, supplementary readings, and audiovisual resources, the course fostered reflections on racial issues within an interdisciplinary and diverse learning environment, anchored in human rights values in healthcare. As a pioneering initiative, it faced the challenge of a lack of similar references in the field. However, student evaluations of the course were positive, demonstrating the significance of (ERRE) for dentistry training.

Keywords

Racial literacy; Human Rights; Training in Dentistry.

Introdução

A disciplina *Educação das Relações Étnico-Raciais* (ERER) foi pensada e institucionalizada pela necessidade de permitir o acesso dos alunos de graduação da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FO-UFRJ) ao letramento sobre as estruturas, os fundamentos e expressões do racismo que pavimentam as tensas relações raciais no Brasil, em conformidade à Lei nº 10.639/03.

Na contemporaneidade, proporcionar ERER no cenário odontológico faz-se extremamente importante, uma vez que é urgente que a educação e as pesquisas odontológicas, bem como as práticas envolvidas na assistência em saúde oral sejam alicerçadas pelos valores dos direitos humanos.

O letramento racial instiga o pensamento crítico e tende a promover mudanças nas estruturas, segmentos e espaços sociais em que a Odontologia atua. Na pesquisa, especialmente quando envolve coleta de dados sobre aspectos sociais, étnicos e raciais, é importante que o conhecimento produzido considere as especificidades históricas e sociais do Brasil. Na prática clínica assistencial, o profissional não pode mais baseá-la exclusivamente em sua formação biomédica de caráter mecanicista e tecnicista, sem recorrer às perspectivas interdisciplinares das Ciências Humanas e Sociais (Cunha *et al.*, 2024).

Como Candido *et al.* (2019) destacam, não há qualquer tipo de dúvida sobre os reais desafios enfrentados pela população negra no que diz respeito ao acesso à saúde bucal, tratamentos clínicos inadequados e relações interpessoais discriminatórios decorrentes de práticas racistas, ainda que o arcabouço político e legal de intervenções antirracistas – fruto das lutas históricas protagonizadas pelo movimento negro – esteja consolidado, a exemplo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e da Lei 10639/03 (BRASIL, 2009; 2003).

No contexto da educação, a disciplina de ERER, referência deste relato de experiência, ainda enfrenta impasses para sua inclusão obrigatória nos currículos dos cursos de graduação. Um levantamento realizado por Almeida (2019) constatou que, em 2018, apenas 36% dos cursos da área de Ciências Humanas tornavam a ERER obrigatória em suas grades curriculares, enquanto em 100% dos cursos de Ciências da Saúde e Exatas, a disciplina não era exigida de forma obrigatória.

Os avanços necessários para enfrentar as iniquidades étnico-raciais e os comportamentos discriminatórios nos serviços de saúde bucal dependem, em grande medida, da garantia de uma formação antirracista nos cursos de graduação em Odontologia.

O estudo de Santos e Bastos (2024) reforça essa perspectiva ao apontar que a invisibilização das questões raciais na formação em Odontologia compromete a equidade no acesso e impacta na qualidade da atenção, contribuindo para as piores condições de saúde bucal da população negra.

Os autores compreendem que implementar políticas educacionais que promovam a equidade racial, além de ser essencial para superar as barreiras no acesso e de corrigir as falhas na atenção à saúde, contribui para efetivar a democratização do conhecimento a partir de uma perspectiva pedagógica decolonial.

Há que se ter em conta, em qualquer análise pretendida sobre desigualdades raciais, que a necessidade de integrar permanentemente a EREER, como ação político-pedagógica voltada para o combate ao racismo e à redução das iniquidades étnico-raciais no campo da saúde, à grade curricular dos cursos de Ciências da Saúde torna-se cada vez mais necessária.

Em que pese a escassez de iniciativas direcionadas à promoção do letramento racial na Odontologia, Beserra (2023) identificou em seu estudo que o debate étnico-racial ainda é pouco presente na formação de recursos humanos nessa área, refletindo tanto na limitada produção textual acadêmica quanto na abordagem insuficiente do tema na formação dos estudantes.

Diante desse cenário, em que as concepções de letramento racial são praticamente inexistentes no contexto da educação odontológica, a equipe do Departamento de Odontologia Legal e Saúde Coletiva da Faculdade de Odontologia (OLESC-FO) da UFRJ criou a disciplina optativa EREER.

Merece atenção o fato de que a origem da disciplina ocorreu em um contexto institucional desafiador, fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs restrições ao funcionamento da universidade e alterou significativamente o calendário, as atividades e a vida acadêmica.

Em 2020, afetada pelo avanço e gravidade do coronavírus SARS-CoV-2 no Brasil, a UFRJ, assim como outras instituições de ensino no país e no mundo, decidiu suspender as atividades de ensino, pesquisa e extensão presenciais no

nível de graduação e pós-graduação por tempo indeterminado, com exceção das funções consideradas essenciais.

Tal medida foi adotada em conformidade com as exigências de distanciamento físico para controlar a propagação do vírus e impôs a mudança do ensino presencial para o formato remoto (Gusso *et al.*, 2020).

Entre o privilégio e a tempestade, no que diz respeito às desigualdades digitais entre indivíduos e grupos sociais em termos de acesso às tecnologias voltadas para a modalidade Educação a Distância (EaD), o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (Brasil, 2020), instituído um mês após a declaração de “emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da Covid-19 no Brasil” (Gusso *et al.*, 2020, p. 3), publicou a Portaria n. 343/2020 e a Medida Provisória n. 934/2020 autorizando a substituição de aulas presenciais pelas remotas por meio de aparatos digitais (Brasil, 2020).

Embora nenhuma faculdade de Odontologia, pública ou privada, estivesse preparada para lidar com a emergência sanitária decorrente da pandemia, tampouco com a modalidade de aulas totalmente em ambientes virtuais, a mudança no formato de ensino foi uma solução adotada pelo Departamento de OLESC-FO da UFRJ, como estratégia para dar continuidade às aulas, no intuito de atenuar iminentes danos pedagógicos.

Ressalta-se que, diferentemente de cursos superiores predominantemente teóricos, a graduação em Odontologia requer uma carga horária robusta de aulas práticas, direcionadas ao desenvolvimento de habilidades profissionais técnicas em contato direto com o paciente. Com a suspensão das atividades presenciais na UFRJ, as disciplinas envoltas pelas práticas clínicas na Odontologia foram canceladas.

No que se refere as disciplinas teóricas do curso, uma considerável quantidade de alunos, sobretudo dos quatro últimos períodos, já havia cumprido a carga horária das disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas. Situação que abriu espaço no calendário acadêmico para a inclusão de novos conteúdos que, em condições de normalidade sanitária, não teriam prioridade na matriz curricular.

Assim, inspirados pelo desafio de inserir movimentos pedagógicos transgressores (bell hooks, 2013), que defendem a ideia de que o aprendizado pode ser libertador, solidário e antirracista, membros do corpo social do

departamento OLESC-FO planejaram, desenvolveram, estruturaram e implementaram a disciplina ERER no curso de Odontologia da UFRJ.

bell hooks (2013, p. 273), em especial, nos lembra que “a academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades”. Mas, para que essas possibilidades se realizem, é necessário um compromisso coletivo com a abertura da mente e do coração, possibilitando tanto a compreensão crítica da realidade quanto a construção de estratégias para romper barreiras e transgredir sistemas opressores (bell hooks, 2013).

No campo acadêmico, em sua trajetória, o ensino odontológico avançou do currículo mínimo oficial, com ciclos básico, pré-clínico e clínico constituídos de disciplinas biomédicas e tecnicistas isoladas, para um modelo de formação instituído pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Odontologia (Costa, 2009).

Entretanto, mesmo com inúmeras pesquisas evidenciando a necessidade de superar o modelo de formação biomédico e tecnicista (Cunha *et al.*, 2024), o entendimento de que a concepção de um currículo em que incluíssem os conteúdos das Ciências Humanas e Sociais, com ênfase em uma atuação humanizada, crítica, reflexiva, dotada de dimensão ética e articulada com o Sistema Único de Saúde (SUS), só ocorreu em 2002 com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (Brasil, 2002).

Em 2021, essas DCNs foram atualizadas (Brasil, 2021) para reafirmar e reforçar esses conteúdos na estrutura curricular. Apesar dessas atualizações, forças de resistência persistem, pois, a formação na área “ainda é fortemente influenciada pelo modelo biomédico de ensino, o que resulta em estudantes com pouca acuidade no que diz respeito ao reconhecimento de problemas que ultrapassem as barreiras biológicas” (Silva *et al.*, 2024, p.2).

Na análise de Costa (2009), essa resistência não se deve primariamente à incompreensão das diretrizes, mas sim a fatores mais profundos, entre eles o conservadorismo, a tradição e a imposição hierárquica de valor entre os saberes, dificultando a construção de um novo modelo de formação odontológica.

Nessa direção, é importante evidenciar que embora a temática racial estivesse em destaque na universidade, sobretudo nas licenciaturas, em decorrência da implementação da Lei 10.639 de 2003 e seus complementos, até

o advento da pandemia não existiam, no curso de Odontologia da UFRJ, discussões sobre as concepções de letramento racial.

Um dos recortes que define o letramento racial é o de que sua concepção é um “compromisso político emancipatório” (Figueiredo e Fotopoulos, 2024, p. 8) que atua como uma ferramenta crítica orientada a uma prática social que questiona a branquitude e enfrenta a ideologia do racismo disseminada de forma “pedagógica e estruturada” (Cunha JR, 2022, p. 110).

Dentro da perspectiva apresentada por Cunha *et al.* (2024), como sistema de dominação o racismo estrutural se manifesta de modo sinérgico na Odontologia, tanto entre profissionais já formados quanto na educação odontológica, envolvendo discentes, docentes e pacientes.

Nesse contexto, a dinâmica do racismo estrutural, além de dificultar o pleno acesso à saúde bucal e a equidade na prática clínica, limita também de forma implacável as oportunidades educacionais, de pesquisa e de trabalho da população negra na esfera da Odontologia.

Segundo Silva, *et al.* (2024, p. 4), pacientes pretos são “mais submetidos à extração de um dente acometido por cárie dentária, sendo que a decisão de tratamento, tomada pelo mesmo clínico, foi manter o mesmo elemento dentário em pacientes com a cor de pele branca”.

Na visão desses autores, embora essas iniquidades nas práticas clínicas sejam destacadas e, em algumas ocasiões, debatidas de maneira organizada dentro das instituições, ainda persiste na comunidade acadêmica uma resistência em reconhecer plenamente a necessidade de uma formação antirracista no ensino da Odontologia. Em outras palavras, o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022) continua a negar a urgência do letramento racial no campo da Odontologia.

Considerando os aspectos apresentados, o objetivo deste relato de experiência é demonstrar como a disciplina ERER foi estruturada e oferecida aos alunos do curso de graduação em Odontologia da FO-UFRJ. O compartilhamento do conteúdo e a organização do curso foram detalhados para que outras instituições interessadas na temática racial no campo da saúde possam replicar a experiência com seus estudantes.

Objetivos da disciplina

Inspirada nos marcos legais da Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na educação

nacional, a disciplina EREER tinha como objetivos: promover um conjunto de autorreflexões críticas sobre o racismo no Brasil através da Teoria Crítica da Raça e suas aplicações no contexto brasileiro; proporcionar uma compreensão sobre a consolidação de práticas antirracistas no campo da saúde bucal por meio do letramento racial, qualificando os alunos a identificar e combater o racismo na comunidade acadêmica; analisar as políticas públicas de saúde com recorte racial, identificando avanços e desafios na promoção da igualdade racial no SUS; incentivar a produção de trabalhos acadêmicos sobre a temática racial na Odontologia, contribuindo para a construção de um campo de conhecimento mais inclusivo e representativo; promover discussões sobre os efeitos da ausência na grade curricular da EREER na educação odontológica, uma vez que a cor da pele do paciente pode influenciar a escolha do tratamento pelo cirurgião-dentista.

Método da disciplina

A disciplina foi oferecida nos anos de 2020/21 de forma síncrona, por meio da ferramenta de videoconferência Google Meet e com auxílio da plataforma AVA² (AVA@UFRJ) — um ambiente virtual de aprendizagem da universidade — aos graduandos do curso de Odontologia da UFRJ, compreendeu 12 aulas de 150 minutos cada, perfazendo um total de 30 horas. Participaram da disciplina vinte e oito alunos regularmente matriculados.

Os conteúdos foram planejados, desenvolvidos e ajustados utilizando como estratégia didática aulas expositivas dialógicas, vinculadas aos materiais teóricos referenciados por bibliografias especializadas, estudos de caso para análise de situações reais de racismo na saúde bucal, além de leituras complementares e recursos audiovisuais. Dessa maneira, a disciplina não se restringiu apenas aos aspectos teórico-conceituais do letramento racial.

Essa prática de ensino foi poderosa para a construção de uma aprendizagem colaborativa entre todos os participantes, e, por sua vez, favoreceu que vivências, afetos e emoções fossem alcançados. Parafraseando Zembylas (2008), convidar a emoção para a sala de aula aprimora o aprendizado intercultural.

Além disso, considerando que o Departamento de OLESC-FO possui em seu quadro efetivo apenas uma integrante especialista em relações raciais,

² Todos os materiais bibliográficos, complementares e recursos audiovisuais foram hospedados na plataforma.

autodeclarada branca, e reconhecendo que a branquitude frequentemente se estabelece como norma nos espaços acadêmicos odontológicos, a equipe procurou desestabilizar essas hierarquias acadêmicas hegemônicas durante o processo de elaboração do plano de ensino. Para tanto, docentes externos pardos e pretos, das mais diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, foram convidados para co-ministrar algumas aulas.

Desse modo, a disciplina foi compartilhada por um conjunto diversificado de vozes interdisciplinares comprometidas em articular entre os pares a condução de seus conhecimentos sobre raça, poder e classe, de forma a tratar a temática racial na área da saúde de maneira mais envolvente e significativa, sendo elaborada para atrair o interesse, a atenção e a motivação dos alunos de Odontologia, em um mundo cada vez mais racista.

Ao final, foi solicitado a produção de seminários para apresentação e discussão de trabalhos elaborados pelos alunos. Além disso, foi realizada a avaliação da relevância da disciplina na graduação, do conteúdo apresentado, técnica pedagógica de ensino e da função da universidade como espaço de formação antirracista, a qual permitiu aos discentes uma participação anônima.

Relato de Experiência

O primeiro encontro, denominado Aula Inaugural, foi considerado uma oportunidade para coletar a percepção do grupo sobre as questões raciais, além das apresentações dos participantes, da ementa, conteúdos, plano de ensino e tarefas.

O objetivo principal da equipe docente na Aula Inaugural foi avaliar o repertório de conhecimento dos discentes sobre as dimensões do racismo e seus efeitos deletérios, tanto em relação à saúde quanto no ambiente acadêmico e sociedade como um todo.

A partir disso, constatou-se uma grande limitação dos alunos sobre a temática racial, evidenciando a implementação insuficiente do marco legal determinado pela Lei 10639 de 2003 na educação básica, o que é corroborado por diversos dados de pesquisas.

Para efeito de contextualização, uma recente pesquisa³ realizada pelo Instituto Alana, com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

³ Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>.

(Uncme), mostra que 71% das Secretarias Municipais de Educação no Brasil realizam pouca ou nenhuma ação para efetivar a Lei 10.639 de 2003.

Outro levantamento preocupante é a pesquisa⁴ desenvolvida na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo, que constata que os livros destinados ao ensino médio, tanto do setor público quanto do privado, ainda não atendem totalmente às recomendações da Lei 10.639, de 2003.

Em virtude das limitações dos alunos, foi necessário ajustar a abordagem pedagógica, adaptando a forma de apresentar os temas — como a inclusão de mais recursos audiovisuais, debates e leituras complementares — para garantir uma compreensão mais ampla, crítica e reflexiva sobre as questões raciais.

Cada tema incluiu objetivos de aprendizagem baseados no conhecimento desenvolvido em aulas anteriores e em palestras de convidados para o assunto (Tabela 1).

A segunda aula, “Direitos Humanos e Saúde”, foi trabalhada para refletir criticamente sobre a dignidade da pessoa humana e problematizar o modo como a experiência do racismo repercute na saúde por meio de múltiplos caminhos. O objetivo foi evidenciar e debater como a escalada da violação dos direitos humanos, desde o período colonial no Brasil, gera quadros de iniquidade sanitária que afetam, sobretudo, a população negra até os dias atuais.

Como recursos complementares, foi utilizado vídeos da TV ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) disponíveis no YouTube.

Para dar continuidade à linha de pensamento estabelecida pela escalada da violação dos direitos humanos, a terceira aula, intitulada “Introdução ao pensamento social e racial brasileiro”, buscou refletir sobre a forma como a eugenia historicamente tentou apagar a negritude da população negra através da ideologia do branqueamento.

A aula também contextualizou o processo de marginalização dessa população após a abolição e discutiu as ideias de Gilberto Freyre sobre a mestiçagem, oferecendo reflexões críticas sobre o mito da democracia racial no Brasil. Além disso, abordou o histórico das principais correntes do movimento negro, com destaque para figuras como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro entre outros.

⁴ Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-12072022-152435/publico/LITERATURA_DEBORA.pdf

Como recursos complementares, utilizou-se o documentário “*História da Resistência Negra no Brasil*”, realizado pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e o texto “*O mito da democracia racial*” de Sueli Carneiro.

O desafio na quarta aula foi discutir a epistemologia do racismo procurando entender como os racismos se configuram e se perpetuam de forma estruturalmente virulenta através das ideologias que, ao longo do tempo, vêm moldando sociedades desiguais em todos os segmentos.

A literatura complementar indicada foi a obra “*Quarto de despejo: Diário de uma favelada*”, da escritora Carolina Maria de Jesus.

O desenvolvimento das aulas “Tópicos especiais no letramento racial” proporcionou um contato direto com conceitos e nomenclaturas, muitos dos quais eram, até então, desconhecidos por grande parte dos alunos, em particular pelos autodeclarados brancos. Entre os temas abordados, destacaram-se: branquitude, fragilidade branca, negritude, interseccionalidade, colorismo e os racismos recreativo, ambiental, estético e religioso.

O livro “*Fragilidade Branca, porque é tão difícil para os brancos falar sobre racismo*” de Robin DiAngelo foi a leitura complementar selecionada.

A sétima aula — políticas públicas de recorte racial — propôs a discussão sobre o papel do Estado para a redução das desigualdades e injustiças raciais e os desafios e pressões dos movimentos negros organizados na conquista e consolidação de direitos humanos e sociais para a população negra.

Em sequência, a oitava aula “Saúde da População Negra” foi cuidadosamente elaborada para compreender as múltiplas dimensões — históricas, sociais e econômicas — das desigualdades raciais na saúde. O racismo como determinante social na saúde conduziu as discussões.

A aula nove, “Saúde bucal, racismo estético”, trouxe análises considerando o embranquecimento do sorriso negro sob a lógica eugenista, na perspectiva do padrão eurocêntrico de beleza e sua influência nas percepções da estética na saúde bucal. A aula foi orientada por imagens apresentadas em relatos de casos clínicos de domínio público, assegurando, assim, os princípios bioéticos.

Por fim, numa perspectiva dos direitos humanos, a aula “Bioética Antirracista” trouxe à tona discussões sobre problemas morais relacionados a um conjunto de práticas racistas que, a serviço da Ciência da Saúde, se estabeleceram através da apropriação dos corpos pretos.

Grade e referências da disciplina Educação das Relações Étnico- Raciais

Aulas	Referências Bibliográficas e Tarefas
1. Aula Inaugural	
2. Direitos Humanos e Saúde	Oliveira, M. H. B. de; Erthal, R. M. de C.; Vianna, M. B.; Matta, J. L. J. da; Vasconcellos, L. C. F. de; Bonfatti, R. J. (2017). <i>Direitos humanos e saúde: construindo caminhos, viabilizando rumos</i> . Rio de Janeiro: Editora Cebes.
3. Introdução ao pensamento social e racial brasileiro.	Fernandes, F. (2007). <i>O Negro no Mundo dos Brancos</i> . São Paulo: Editora Global. (Capítulo 2, pp. 64-80; Capítulo 4, pp. 104-130). Freyre, G. (2003) [1931]. <i>Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal</i> . São Paulo: Editora Global. (Capítulo 1, pp. 64-155; Capítulo 4, pp. 264-365). Guerreiro Ramos, A. (1995) [1957]. <i>Introdução Crítica à Sociologia Brasileira</i> . Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. (Parte II, Capítulo 10, pp. 163-213).
4. Epistemologia do racismo.	Almeida, S. L. de. (2018). <i>O que é racismo estrutural?</i> . Belo Horizonte: Editora Letramento. Campos, L. A. <i>Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica</i> . (2017). São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 95, pp. 1-19. Munanga, K. (1999) <i>Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra</i> . Petrópolis: Editora Vozes. Nogueira, O. (2007) [1954]. <i>Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil</i> . Tempo Social, v.19, n.1, pp. 287-308.
5 e 6. Tópicos especiais no letramento racial.	Coleção <i>Feminismos Plurais</i> . (2019), (Coord. Djamila Ribeiro). Editora Pólen
7. Políticas públicas de recorte racial	Lei 10639 (2003). Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2004). Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007).

8. Saúde da população negra.	Lopes, F. (2005). <i>Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil in: Saúde da população negra no Brasil: contribuição para a promoção da equidade</i> . Brasília. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009). Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias (2005). Werneck, J. <i>Racismo institucional e saúde da população negra</i> . (2016). Revista Saúde Sociedade. São Paulo, v. 25, n. 3, pp. 535-549.
9. Saúde bucal, racismo estético	Bolla, E. D. (2016). <i>Beleza, Racismo e Embranquecimento: um olhar para a Odontologia</i> . Campinas. Tese de doutorado. Bolla, E. D., & Goldenberg, P. (2010). Clareamento gengival: ensino e etnocentrismo. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , 15, 1783-1793.
10. Bioética Antirracista	Nascimento, W. F. do.; Martorell, L. B. (2013) <i>A bioética de intervenção em contextos descoloniais</i> . Revista Bioética, v. 21, n. 3, p. 423-431, set. 2013. Sargent J (diretor). <i>Cobaias [Miss evers' boys]</i> [filme longa-metragem]. Produção norte-americana. HBO NYC Productions, Anasazi Productions; 1997. 118min, son., cor.
11 e 12 Apresentação de Seminários	Elaboração de seminário nos preceitos do letramento racial

Discussão e Considerações finais

A disciplina EREER representou uma iniciativa inovadora e desafiadora no contexto da formação em Odontologia da UFRJ, especialmente por ter sido estruturada e implementada durante a pandemia de COVID-19. A necessidade de adaptar o ensino presencial para o formato remoto em um curto espaço de tempo e a complexidade dos temas abordados nas relações raciais, aliada à escassez de iniciativas similares na área de ensino da saúde bucal, exigiram da equipe um esforço redobrado para assegurar a qualidade do processo envolvido na construção de conhecimentos.

A avaliação da relevância da disciplina pelos alunos foi positiva. Além de ressaltarem a importância da aquisição desses conhecimentos para suas relações interpessoais na vida cotidiana, eles apontaram o papel da EREER tanto na reflexão sobre as práticas racistas na saúde bucal quanto no desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades livres de preconceitos e estereótipos em todos os níveis de atenção à saúde da população negra.

Além disso, a metodologia adotada, com aulas expositivas dialogadas, aulas teóricas, leituras complementares, recursos audiovisuais e tarefa final, foi considerada adequada pelos estudantes.

A sugestão para que a disciplina de EREER fosse incorporada como obrigatória à grade curricular foi fornecida por diversos alunos participantes, tanto na avaliação formal sobre sua relevância, quanto informalmente, durante o processo de desenvolvimento da disciplina.

Conforme mencionado anteriormente, a demanda pelo letramento racial tem crescido nos diferentes campos profissionais da Odontologia, como na educação, na pesquisa e na assistência, o que pode resultar em uma crescente conscientização de que a noção de raça, para além de sua construção social, existe enquanto categoria justamente porque a ideologia do racismo opera como marcador de iniquidades e determinante social de saúde.

Há um consenso de que a incorporação da EREER pode fortalecer a atuação antirracista no cenário formativo em Odontologia, promovendo a reflexão crítica sobre práticas discriminatórias e contribuindo para a correção de falhas na atenção à saúde bucal (Santos e Bastos, 2024).

No âmbito da pesquisa, o letramento racial permite problematizar as desigualdades raciais em saúde bucal e analisar suas causas estruturais, evitando a naturalização das iniquidades e o reforço de estereótipos.

Na assistência, possibilita o reconhecimento e o enfrentamento de barreiras de acesso e permanência da população negra nos serviços odontológicos, da discriminação no atendimento, da falta de cobertura em territórios periféricos e dos obstáculos econômicos.

Além disso, contribui para a desconstrução de preconceitos estruturais, acolhimento, promoção de ambientes de cuidado mais inclusivos, respeito à diversidade e para a redução da negligência, dos subdiagnósticos e das possíveis infrações éticas.

Atualmente, a EREER para uma formação antirracista tem sido oferecida em diversas áreas de conhecimento universitário por meio da disponibilização de iniciativas como oficinas, projetos e cursos de extensão, estágio supervisionado em docência de licenciandos, entre outros.

No entanto, embora essas iniciativas tragam contribuições valiosas, as limitações dos alunos em relação à temática racial, observadas na aula inaugural, foram um termômetro que indica que, para que o futuro odontólogo apreenda

adequadamente as circularidades envolvidas no letramento racial e seus aspectos simbólicos, que impactam a saúde e a vida das pessoas, é necessária a apropriação de conhecimentos através de disciplina estruturada no currículo.

Dessa forma é possível assegurar uma formação mais adequada e aprofundada, diferentemente de ações pontuais, cujos resultados podem ser limitados ou incertos, diante das dificuldades observadas. Entende-se que somente a partir dessa base formativa consolidada iniciativas como oficinas, projetos e cursos de extensão poderão cumprir plenamente seu propósito. Ademais, tais iniciativas acabam por inibir a consolidação da EREER como disciplina obrigatória, impedindo a efetiva institucionalização do letramento racial na graduação em Odontologia.

Como já foi apontado, a disseminação do conhecimento na EREER propõe uma ação político-pedagógica voltada para o combate ao racismo e à redução das desigualdades étnico-raciais no campo da saúde e, portanto, possui capacidade de transformar visões de mundo equivocadas e modificar comportamentos discriminatórios e inadequados.

Esse aspecto nos levou a refletir que a luta antirracista na academia demanda intervenções em diversas frentes da universidade e deve englobar não apenas os estudantes, mas também os docentes, os currículos dos cursos de graduação e pós-graduação e até a própria estrutura da instituição universitária, conforme aponta Albernaz e Carvalho (2022) em seu estudo sobre o projeto "Encontro de Saberes".

Diante do contexto sobre o papel da universidade como espaço de formação de profissionais da saúde antirracistas, os estudantes apontaram uma preocupação central: grande parte das concepções que alicerçam a EREER oferecidas nas universidades é estruturada a partir de abordagens voltadas para os alunos das Ciências Humanas, sem considerar, por exemplo, as especificidades da formação em áreas como a Odontologia.

Na percepção dos alunos, essa limitação gera uma desconexão entre os conteúdos abordados e os interesses dos estudantes nesse espaço de formação, reduzindo a motivação para participar e evidenciando a necessidade da inserção de uma EREER voltada para a discussão e implementação de práticas antirracistas na área odontológica.

A experiência em sala de aula reforçou essa percepção. Durante o desenvolvimento das aulas, um dos temas que mais chamou a atenção dos

participantes foi o clareamento gengival e sua relação com a tentativa de eliminar a ancestralidade africana na Odontologia.

O debate promovido na aula “Saúde bucal, racismo estético”, evidenciou como a ausência da EREER na formação acadêmica contribui para a reprodução do racismo estético nesse campo, corroborando a preocupação expressa pelos alunos quanto à necessidade de integrar a disciplina EREER à estrutura curricular do curso.

Para contextualizar, o clareamento gengival (*peeling* gengival ou melanoplastia) é um procedimento estético odontológico que visa clarear tecido gengival escuro. No entanto, esse escurecimento é uma característica fisiológica natural e saudável da população negra, resultante da presença de melanina, um pigmento biológico produzido pelos melanócitos e responsável pela coloração dos tecidos (Bolla, 2016).

A negligência em relação à diversidade fenotípica na Odontologia obedece à lógica eugenista racista e está diretamente ligada tanto à falta de representatividade de pretos e pardos no corpo docente quanto à ausência da indicação bibliográfica de autores negros em tratados, compêndios, atlas e outras literaturas acadêmicas trabalhadas na área. Fato institucionalmente operado como uma espécie de epistemicídio que contribui para a alienação da branquitude.

Como consequência, a gengiva rosa, característica de pessoas brancas e associada à estética eurocêntrica, amplamente retratada na literatura acadêmica da Odontologia, passa a ser adotada como padrão universal e símbolo de saúde, harmonia e beleza. Essa concepção colonial, internalizada ao longo da educação odontológica, é, por extensão, reproduzida nas práticas profissionais dos cirurgiões-dentistas.

Nesse sentido, a implementação obrigatória da EREER na grade curricular dos cursos de Odontologia é um passo importante para desenvolver mudanças em determinados procedimentos, efetivando conhecimentos democráticos através de uma perspectiva pedagógica decolonial — atravessada pelas pluriépistemologias — a fim de evitar concepções de cunho eugenista e racista na prática clínica.

Tomando a policromia como horizonte, a interação entre os participantes – alunos e docentes – de diferentes cores de pele foi um dos pontos altos da disciplina. Essa reciprocidade transcendeu os aspectos teórico-conceituais

abordados, favorecendo as trocas de experiências nesse espaço de escuta e, consequentemente, fortaleceram a educação antirracista.

Decerto, esses diálogos não apenas ampliaram a compreensão sobre as práticas discriminatórias e racistas que permeiam persistentemente o ensino odontológico, mas também promoveram reflexões críticas sobre seus impactos nas trajetórias acadêmicas dos estudantes, docentes e de vida das pessoas.

Para concluir, a EREER pode até não ser a completude para a solução de práticas racistas nesse espaço social, mas na lida com os desafios, participa da solução diante das distintas situações de racismos que surgem neste cenário de ensino.

Referências

ALBERNAZ, P.; CARVALHO, J. J. Encontro de Saberes: por uma universidade antirracista pluriépistêmica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, n. 63, p. 333–358, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/F9NpLCQhy5tzj5GwcHFY86h/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ALMEIDA, B. R. D. P. **Educação ambiental e étnico-racial nas licenciaturas do ensino superior**: é preciso transgredir o currículo. 2019. 76 f. Monografia (graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2019.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BESERRA, J. P. R. **O que os olhos não veem, a cor sente**: sobre a (in)visibilidade científica da questão racial e a democratização do ensino superior na Odontologia. 2023. 121 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2023.

BOLLA, E. D. **Beleza, Racismo e Embranquecimento**: um olhar para a Odontologia. 2016. 120 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 3, de 19 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Brasília: **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 14 de jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 329, de 11 de março de 2020. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**, ed. 49, seção 1, Brasília, DF, p. 165, 12 mar. 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-11-de-marco-de-2020-247539570>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**, ed. 53, seção 1, Brasília, DF, p. 39, 18 mar.

2020c. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Medida Provisória n. 934, de 01 de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do Ensino Superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, ed. 63-A, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 01 abr. 2020d. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medidaprovisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara da Educação Superior. Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2021-pdf/191741-rces003-21/file>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CANDIDO, L. C.; FINKLER, M.; BASTOS, J. L.; FREITAS, S. F. T. D. Conflitos com o paciente, cor/raça e concepções de estudantes de Odontologia: uma análise com graduandos no Sul do Brasil. **Physis** – Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 1-19, nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290410>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/kS775qdqfbkS775qdqfbPVfQczdRrkQ6x/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CARNEIRO, Sueli. O mito da democracia racial. In: LAMOUNIER, Bolívar. **Brasil e África do Sul: uma comparação**. São Paulo: Idesp Editora Sumaré, 1996, p. 429.

COSTA, R. A. H. **O que se ensina aos futuros cirurgiões-dentistas?** Um estudo de caso etnográfico sobre currículo e práticas escolares em odontologia. 2009. 171 f. Tese (doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.

CUNHA JUNIOR, H. A. História dos afrodescendentes: disciplina do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 21, n. 232, p. 99-113, jan/fev. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57807>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CUNHA, R. O.; LEITE, I. C. G.; NOGUEIRA, M. C.; CRUZ, D. L. Interfaces entre racismo e Odontologia - necessidade de reconhecer para mudar: revisão narrativa. **Revista ABENO**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 1-10, abr. 2024. DOI: <https://10.30979/revabeno.v24i1.2199>. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/2199>. Acesso em: 11 jan. 2025.

DiANGELO, Robin. **Fragilidade Branca. Porque é tão difícil para os brancos falar sobre racismo**. Tradução Rita Canas Mendes. Lisboa, PT. Editora Edita X, 2020.

FIGUEIREDO, J. R. de L.; FOTOPOULOS, H. A. Letramento racial: perspectivas e possibilidades das leis 10.639/03 e 11.645/08 para a educação das relações étnico-raciais – ERER na formação de professores. **Revista Transmutare**,

Curitiba, v. 9, e18127, p. 1-18, 2024. DOI: 10.3895/rtr.v9no.18127. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/18127>. Acesso em: 23 fev. 2025.

GUSSO, H. L.; ARCHER, A. B.; LUIZ, F. B.; SAHÃO, F. T.; LUCA, G. G. de.; HENKLAIN, M. H. O.; PANOSSO, M. G.; KIENEN, N.; BELTRAMELLO, O.; GONÇALVES, V. M. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-26, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.238957>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwts4YTxtfr/#>. Acesso em: 8 jan. 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 1. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2019.

LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: **Saúde da população negra no Brasil**: contribuição para a promoção da equidade, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SANTOS, M.P.A.; BASTOS, J. L. Ethos antirracista em saúde bucal coletiva como imperioso à vida. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, mar. 2024. DOI: <http://doi.org/10.1590/1413-81232024293.06732023>. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2024.v29n3/e06732023/#>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, G. V. da; CARVALHO, I. M. de; SILVEIRA, R. M.; BERNARDO, G. A.; JARDIM, J. J.; NEVES, M. Pluralidades no ensino odontológico: relatos da utilização de recursos digitais para abordagens educacionais do racismo e da diversidade. **Revista da ABENO**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 1-9, 2024. DOI: 10.30979/revabeno.v24i1.2232. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/2232>. Acesso em: 11 jan. 2025.

ZEMBYLAS, M. Engaging with issues of cultural diversity and discrimination through critical emotional reflexivity in online learning. **Adult Education Quarterly**, USA, v. 59, n. 1, p. 61–82, ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/0741713608325171>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0741713608325171>. Acesso em: 11 fev. 2025.